

Associação
Instituto PROA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e aos conselheiros da

Associação Instituto PROA

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Instituto PROA (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Instituto PROA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Associação relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 22 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Flávio Gozzolin Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Associação Instituto PROA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.959	1.501	Fornecedores		37	21
Outras créditos		<u>17</u>	<u>5</u>	Obrigações trabalhistas e tributárias	6	<u>71</u>	<u>78</u>
Total do ativo circulante		<u>2.976</u>	<u>1.506</u>	Total do passivo circulante		<u>108</u>	<u>99</u>
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras	5	<u>3.434</u>	<u>3.075</u>				
Imobilizado		<u>48</u>	<u>30</u>				
Total do ativo não circulante		<u>3.482</u>	<u>3.105</u>				
				Patrimônio social	8		
				Patrimônio social		4.512	3.298
				Superávit do exercício		1.838	1.214
				Total do patrimônio líquido		<u>6.350</u>	<u>4.512</u>
Total do ativo		<u>6.458</u>	<u>4.611</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>6.458</u>	<u>4.611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Instituto PROA

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Atividades			
Contribuições e doações	10	6.093	4.759
Receitas com trabalho voluntário	3.i	<u>181</u>	<u>-</u>
Total de receitas operacionais		<u>6.274</u>	<u>4.759</u>
Custos com projetos	11	<u>(3.970)</u>	<u>(3.318)</u>
Superávit bruto		2.304	1.441
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(357)	(236)
Despesas administrativas e gerais	12	(256)	(365)
Despesas com trabalho voluntário	3.i	<u>(181)</u>	<u>-</u>
		<u>(794)</u>	<u>(601)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>1.510</u>	<u>840</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	338	379
Despesas financeiras	14	<u>(10)</u>	<u>(5)</u>
		328	374
Superávit do exercício		<u><u>1.838</u></u>	<u><u>1.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Instituto PROA

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	1.838	1.214
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.838</u></u>	<u><u>1.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Instituto PROA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.298	-	3.298
Superávit do exercício	-	1.214	1.214
Incorporação do superávit ao patrimônio social	1.214	(1.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.512	-	4.512
Superávit do exercício	-	1.838	1.838
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.512</u>	<u>1.838</u>	<u>6.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Instituto PROA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.838	1.214
Depreciação e amortização	10	1
	<u>1.848</u>	<u>1.215</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Outros créditos	(12)	(3)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(7)	17
Fornecedores	16	15
	<u>16</u>	<u>15</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.845	1.244
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(28)	(29)
Aplicações financeiras	(359)	(899)
	<u>(387)</u>	<u>(928)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(387)	(928)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.458</u>	<u>316</u>
No início do exercício	1.501	1.185
No fim do exercício	<u>2.959</u>	<u>1.501</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.458</u>	<u>316</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais Mil)

1 Contexto operacional

A Associação Instituto PROA (“Associação”) é uma associação civil de direito privado com finalidade educacional e de assistência social, beneficente, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo – SP.

A Associação foi registrada no Ministério da Justiça, tendo seu registro como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790 de 23/03/99, devidamente deferido, conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça o certificado desta qualificação foi assinado e expedido pelo Secretário Nacional de Justiça em 08/12/2015.

Embora a Associação goze de isenções tributárias e previdenciárias, durante o exercício de 2018 recolheu normalmente a Contribuição Social – Cota patronal uma vez que não possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS junto aos órgãos competentes. A Associação iniciou em 2019 o processo de inscrição conforme Resolução nº1080 de 31 de março de 2016 que dispõe sobre a inscrição de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – COMAS-SP e somente após a concretização deste processo de inscrição terá cumprido os requerimentos básicos para a solicitação do Certificado CEBAS.

A Associação Instituto PROA tem como objetivo principal de implantar, financiar e supervisionar projetos nas áreas de educação e desenvolvimento profissional, escolhidos segundo os critérios estabelecidos por seu conselho diretor, em especial aqueles que contribuam para o desenvolvimento de jovens de baixo nível socioeconômico.

O principal projeto da Associação é denominado “Proprofissão”, um projeto de qualificação para jovens voltado para jovens de baixa renda com idade entre 17 a 19 anos, desde que esteja matriculado no 3º ano de ensino médio da rede pública de ensino ou tenha concluído o Ensino Médio a partir do ano de 2015. O projeto visa desenvolver competências técnicas, comportamentais, culturais, práticas e pessoais por meio de acesso à educação profissionalizante, orientação no início da carreira profissional e apoio na conquista do primeiro emprego em oportunidades profissionais.

Além do projeto Proprofissão, em 2018 a Associação Instituto PROA desenvolveu, ainda, dois outros projetos:

- **Da Escola Protrabalho:** projeto de formação e desenvolvimento de jovens dentro de Escolas Públicas. Tem como escopo garantir preparação técnica, comportamental e cultural voltada ao mercado de trabalho e à construção de projeto de vida e plano de carreira inicial aos jovens do último ano do Ensino Médio Brasileiro de escolas públicas, trazendo aos jovens o protagonismo e a qualificação prática e experimental necessária para um futuro, após o Ensino Médio, concreto e promissor, com objetivos, metas e caminhos claro de futuro.

- **PROA Coins:** projeto de tecnologia, que une inovação, cultura, educação e oportunidades concretas a jovens de baixa renda, de todo Estado de São Paulo, de forma aberta. O objetivo do game é propiciar experiências culturais e educacionais aos jovens, estimular que conheçam sua cidade e sua história, aumentar repertório cultural e educacional destes jovens. Dar acesso a oportunidades concretas de desenvolvimento educacional e se a maior base colaborativa de conteúdos culturais e educacionais.

Em 2018 a Associação também criou o **Portal do Proa**, uma plataforma de conteúdo moderno e conectada com as tendências atuais, aberta para jovens da rede pública e uma central de informações e relacionamento com alunos e ex alunos do PROA.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de julho de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 3.b.(ii)** - Vida útil estimada do ativo imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Associação não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de comunicação	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de ajuste.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Receita operacional

(i) Contribuições e doações

A Associação recebe contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(ii) Receita com projetos restritos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As doações para financiar os custos da Associação são reconhecidas no resultado do exercício para o qual foi o recurso foi destinado pelo parceiro. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e crédito de receitas no resultado. Se houve alguma doação direcionada a um projeto específico, é lançado na receita quando do recebimento do recurso e no final do ano, é feita a transferência do resultado para o passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas no resultado em contrapartida ao débito do passivo circulante.
- **Saldo de recursos:** Quando ocorre saldo entre as receitas arrecadadas e os gastos com os projetos, tais saldos são necessariamente destinados para “endowment” da organização ou destinados para despesas de projetos dos próximos exercícios fiscais.

g. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros
- Risco de mercado.

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados e os seus objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 15.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos e representam os benefícios econômicos prováveis que fluirão para a Associação, reconhecendo as receitas financeiras líquido do imposto de renda a ser retido de instituições financeiras.. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, tarifas bancárias.

i. Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Associação realizou encontros, palestras técnicas e reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, os quais seriam equivalentes ao valor justo total de R\$ 181 em 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos conta movimento	83	70
Aplicações financeiras (a)	2.876	1.431
	2.959	1.501

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio aproximado em 2018 foi entre 95% e 99%.

5 Aplicações financeiras

	2018	2017
Credit Suisse – Títulos de renda fixa	2.686	2.366
Credit Suisse – Fundos de investimentos	748	709
	3.434	3.075

As aplicações financeiras de longo prazo correspondem substancialmente a títulos de renda fixa com o Banco Credit Suisse as quais a Associação não pretende resgatar no curto prazo ("endowment"). Os títulos possuem remuneração de 100% do CDI.

6 Obrigações trabalhistas e tributárias

	2018	2017
Provisão de férias e encargos	39	52
INSS a recolher	13	12
IRRF a recolher	7	7
INSS - Serviços de terceiros	5	-
FGTS a recolher	4	4
Outras	3	3
	71	78
	71	78

7 Provisão para contingências

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Em 2018 e 2017 a Associação não possui contingências avaliadas com probabilidade de perda provável e possível.

8 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação é formado pelos superávits acumulados em cada exercício e, após sua aprovação, é incorporado à rubrica “Patrimônio social”.

O superávit do exercício de 2018 deverá ser absorvido no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria.

Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados para outra pessoa jurídica qualificada na forma da Lei 9.790, de 23.03.1999, que tenham, preferencialmente, os mesmos objetivos sociais.

9 Partes Relacionadas

a. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração de associados, conselheiros, diretores estatutários, benfeitores, instituidores ou assemelhados. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a nenhum título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

10 Contribuições e doações

	2018	2017
Institutos, Fundações e ONG's	2.973	2.492
Pessoas jurídicas	1.829	1.472
Pessoas físicas	1.291	795
	6.093	4.759
	6.093	4.759

11 Custos com projetos

	2018	2017
Curso qualificação (a)	(1.095)	(871)
Curso de desenvolvimento pessoal (a)	(532)	(263)
Transporte de alunos	(453)	(400)
Instrução, treinamentos, avaliações	(399)	(301)
Serviços profissionais – PJ (b)	(356)	(177)
Despesas com pessoas - salários	(272)	(304)
Despesas com pessoas - encargos sociais	(123)	(133)
Despesas com pessoas - benefícios (vale-refeição e outros)	(117)	(121)
Despesas com pessoas - 13o salário	(27)	(39)
Despesas com pessoas - férias	(38)	(30)
Despesas com pessoas - gratificação	(36)	(21)
Serviços especializados	(125)	(317)
Seleção	(119)	(49)
Aluguel	(71)	(113)
Divulgação e recrutamento	(69)	(44)
Uniformes de alunos	(46)	(52)
Atividades extracurriculares	(31)	(57)
Outros	(61)	(26)
	(3.970)	(3.318)

- (a) Refere-se aos custos de qualificação técnica e comportamental dos jovens apoiados pelos projetos Proprofissão e Da Escola Protrabalho. Em 2017 foram apoiados 480 jovens e em 2018, com a implementação do projeto Da Escola Protrabalho, esse número passou para 642 jovens apoiados pelos projetos do PROA.
- (b) Refere-se a custos com serviços profissionais de assessoria digital para o game do Proa Coins, além dos serviços de segurança e enfermagem contratados para a realização do evento de lançamento do game em Maio de 2018 realizado no Theatro Municipal.

12 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Serviços profissionais - PJ	(96)	(139)
Condução - táxi	(21)	(18)
Impostos e contribuições	(20)	(21)
Material de escritório	(16)	(24)
Telefone - Comunicação	(12)	(20)
Depreciação e amortização	(10)	(60)
Despesa de locação	(8)	(47)
Outros	(73)	(36)
	(256)	(365)

13 Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(72)	(35)
Encargos sociais	(35)	(16)
Benefícios	(30)	(17)
Férias	(9)	(4)
Gratificação	(6)	(2)
13º salário	(6)	(4)
Serviços especializados	(199)	(158)
	<u>(357)</u>	<u>(236)</u>

14 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>338</u>	<u>379</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	<u>(10)</u>	<u>(5)</u>
	<u>328</u>	<u>374</u>

15 Renúncia Fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Associação não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros.

A Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias
- Programa de Integração Social (PIS).

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

ISS

A Associação é isenta do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

16 Instrumentos Financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos assim como obrigações trabalhistas e outras contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um associado falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Associação, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Não há contratos de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados que gerem impacto significativo para gerenciar este risco.

c. Política de gestão de riscos

A Associação possui como procedimento de gerenciamento de riscos a não aplicação em instrumentos financeiros de caráter especulativo, cujo controle e gestão é de responsabilidade da Administração Financeira.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

d. Hierarquia de valor justo

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

17 Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2018 e 2017.

* * *

Rodrigo Dib
Diretor Executivo

Emilio Yoshiyuki Aoki
Contador
CT CRC SP113.579/O-1